

Liame entre Serviço Social e Trabalho

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Liame entre Serviço Social e Trabalho

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

L693 Liame entre serviço social e trabalho [recurso eletrônico] /
Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2018.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-85107-22-2
DOI 10.22533/at.ed.222182808

1. Assistentes sociais. 2. Políticas públicas – Brasil. 3. Serviço
social – Brasil. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 361.3

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins
comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Liame entre o Serviço Social e o Trabalho” apresenta uma série de 26 artigos com temas relacionados às áreas de políticas públicas, garantia de direitos, relações com o mundo do trabalho e a formação profissional dos assistente sociais.

Através dos artigos é possível identificar expressões da questão social presentes no atual contexto social, especialmente no Brasil, e que são expressos através da vivência de situações de vulnerabilidades, riscos e violações de direitos.

A abordagem realizada com relação às políticas públicas e políticas de garantia de direitos possibilita o reconhecimento das especificidades presentes em cada uma destas no que se refere aos desafios e potencialidades identificadas no campo da proteção social.

A produção de conhecimentos através das pesquisas na referida área mostra-se essencial no atual contexto brasileiro, em que encontram-se em risco os avanços e garantias conquistados pela classe trabalhadora no que se refere à implementação de políticas públicas que devem materializar as ainda recentes previsões estabelecidas a partir da vigência do Estado Democrático de Direito no país.

Desejo uma boa leitura a todos e a todas, e que este e-book possa colaborar para a formação continuada de estudantes e de profissionais atuantes nas políticas públicas, bem como, para contribuir com o desenvolvimento de novas pesquisas relacionadas às temáticas então apresentadas.

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

EIXO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1 1

ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E POLÍTICA PÚBLICA: ENTRE O PRESCRITO E O REAL

Sônia Lopes Siqueira

Ricardo Marcelo Fait Gorchacov

CAPÍTULO 2 13

A TRAVESSIA ENTRE A CRISE E A PROTEÇÃO SOCIAL: O PANORAMA LATINO-AMERICANO E CARIBENHO

Valter Martins

Carolina Quemel Nogueira Pinto

CAPÍTULO 3 30

A AVALIAÇÃO NO SEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Gisele Dayane Milani

Tassiany Maressa Santos Aguiar

EIXO 2: POLÍTICA DE ASSISTENTE SOCIAL

CAPÍTULO 4 39

A ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA MICRORREGIÃO DE UBÁ/MG

Leiliane Chaves Mageste de Almeida

Maria das Dores Saraiva de Loreto

Suely de Fátima Ramos Silveira

CAPÍTULO 5 52

PARTICIPAÇÃO COMO FOCO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Stela da Silva Ferreira

Abigail Silvestre Torres

CAPÍTULO 6 67

REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: ASSISTENCIALISMO, POLÍTICA SOCIAL E CIDADANIA

Amanda Cardoso Barbosa

EIXO 3: POLÍTICA E SAÚDE

CAPÍTULO 7 76

A PROMOÇÃO DA SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL E EM PORTUGAL

Cláudia Helena Julião

CAPÍTULO 8 90

SAÚDE E MEIO AMBIENTE: INTERPRETAÇÕES E PERSPECTIVAS

Maria Maura de Moraes

Neusa da Silva Queiroz

EIXO 4: SEGURANÇA PÚBLICA E CONTROLE SOCIAL ESTATAL

CAPÍTULO 9 105

IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL QUANTITATIVO DOS ASSISTIDOS NO PROJETO PATRONATO DE PARANAÍ

Erick Dawson de Oliveira

Marluz Aparecida Tavares da Conceição

José Erasmo Silva

Maria Imaculada de Lima Montebelo

Karima Omar Hamdan

CAPÍTULO 10 117

O PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE E A SEGREGAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA NA APLICAÇÃO DA LEI PENAL

Gabriel Cavalcante Cortez

CAPÍTULO 11 120

SÉRIE JUSTIÇA NO ÂMBITO FILOSÓFICO E JURÍDICO

Ingrid Mayumi Da Silva Yoshi

EIXO 5: POLÍTICAS DE GARANTIA DE DIREITOS E VIVÊNCIAS DE SITUAÇÕES DE RISCO SOCIAL

CAPÍTULO 12 124

O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTOS PARA A GARANTIA DE DIREITOS

Claudiana Tavares da Silva Sgorlon

CAPÍTULO 13 133

AÇÕES AFIRMATIVAS: CONCEITOS E CONCEPÇÕES NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Ludimila Rodrigues Nunes

Angela Maria Caulyt Santos da Silva

CAPÍTULO 14 144

CONSTRUINDO A MORADIA ADEQUADA: A LUTA DO GARMIC PELA IMPLEMENTAÇÃO DA VILA DOS IDOSOS, PARI-SP

Filipe Augusto Portes

Lucas Bueno de Campos

Vânia Aparecida Gurian Varoto

Luzia Cristina Antoniossi Monteiro

Nayara Mendes Silva

CAPÍTULO 15 154

OPRESSÃO ÉTNICA E ESTIGMATIZAÇÃO: REPRESENTAÇÃO DOS JUDEUS NAS PROPAGANDAS NAZISTAS

Amanda Cardoso Barbosa

CAPÍTULO 16 163

DIGNIDADES PERDIDAS: UM RELATO DO TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

*Christiane Rabelo Britto
Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva
Brunna Rabelo Santiago*

CAPÍTULO 17 173

VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR INFANTIL: O SILÊNCIO DOS INOCENTES

Helen Catarina dos Santos Ferreira

EIXO 6: O CAPITALISMO E AS RELAÇÕES COM O MUNDO DO TRABALHO

CAPÍTULO 18 182

A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO FRENTE ÀS OFENSIVAS DO CAPITAL: O DESAFIO DA OMNILATERALIDADE

*Carolina Poswar de Araújo Camenietzki
Adriana Cristina Omena dos Santos*

CAPÍTULO 19 193

AS CONTROVERTIDAS QUESTÕES DO ESTÁGIO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Jaime Hillesheim

CAPÍTULO 20 208

AS MUDANÇAS PRODUTIVAS DO CAPITAL E A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO: A ESPECIFICIDADE BRASILEIRA

Cibele da Silva Henriques

CAPÍTULO 21 216

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E ESTADO BURGUEÊS: REFLEXOS DA OFENSIVA DO CAPITAL À CONSCIÊNCIA DOS TRABALHADORES.

Jéssica Rodrigues Araújo

CAPÍTULO 22 229

GESTÃO EMPRESARIAL E ASCENSÃO FEMININA: UM ESTUDO DE CASO

Cristiane Spricigo

EIXO 7: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

CAPÍTULO 23 249

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: A PERCEPÇÃO DOS SUPERVISORES DE

CAMPO E DOCENTES

Vivianne Riker Batista de Sousa
Roberta Ferreira Coelho de Andrade
Mayza Lorena Barbosa da Silva Noronha
Maria Gracileide Alberto Lopes

CAPÍTULO 24 260

REQUISIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO ASSISTENTE SOCIAL NO USO DAS REGULACOES
PROFISSIONAIS, DAS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS E TÉCNICAS DE SEU TRABALHO

Isabela Sarmet de Azevedo
Thamyres Siqueira Freire
Marlene Souza dos Santos

CAPÍTULO 25 270

OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO PENSAMENTO PÓS-MODERNO: CRÍTICA À
ILUSÓRIA CONCEPÇÃO BURGUESA DE REALIDADE

Ingridy Lammonikelly da Silva Lima
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida
José Rangel de Paiva Neto

CAPÍTULO 26 281

SERVIÇO SOCIAL E INTERDISCIPLINARIDADE: CONFLUÊNCIAS E DESAFIOS

Nilvania Alves Gomes

SOBRE A ORGANIZADORA..... 291

IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL QUANTITATIVO DOS ASSISTIDOS NO PROJETO PATRONATO DE PARANAÍ

Erick Dawson de Oliveira

Doutorando Em Administração Unimep –
Piracicaba – Sp

Docente no Curso de Administração da Unespar
Campus de Paranaíba – Pr, E Coordenador do
Projeto Patronato.

Marluz Aparecida Tavares da Conceição

Doutorando em Administração Unimep –
Piracicaba – Sp

Docente na Unespar Campus de Paranaíba

José Erasmo Silva

Doutorando em Administração Unimep –
Piracicaba – Sp

Maria Imaculada de Lima Montebelo

Professora Dr^a. Docente no PPGA Unimep –
Piracicaba –Sp

Karima Omar Hamdan

Docente no Curso de Serviço Social da Unespar
Campus de Paranaíba – Pr

O fato é que todo o aparato prisional no país demonstra inúmeras insuficiências, a saber: nas unidades prisionais publicas o número de vagas é sempre menor ou igual ao número de presos, a superlotação é notória, ainda segundo os referidos autores o modelo adotado no país tem demonstrado incapacidade de recuperação e reintegração do preso a sociedade, uma vez que o Brasil é um dos países do mundo com maiores índices de reincidência de delitos.

Outro entrave a ser enfrentado em relação ao sistema prisional, segundo Andrade e Ferreira (2015) refere-se a uma extensa despreocupação, intolerância e falta de conhecimento da sociedade de uma forma geral frente a e questão da necessidade de haver a reintegração social até mesmo como uma maneira de qualificar a pena. O estado tem falhado em fazer cumprir a Constituição Federal e a Lei de Execução Penal (LEP), assim a indiferença de grande parte da população acaba por comprometer ainda mais a situação de um sistema prisional que vem apresentando rebeliões frequentes, violência e seres humanos vivendo em condições precárias.

Posterior ao cumprimento da pena, os egressos do sistema prisional ainda vivenciam inúmeras dificuldades, frente a isso o cumprimento de medidas penais alternativas

INTRODUÇÃO

De Acordo com Andrade e Ferreira (2015) a problemática envolvendo o sistema prisional brasileiro na contemporaneidade apresenta diversos fatores como a questão da superlotação dos presídios, pouco planejamento de atividades a serem realizadas pelos presos, grande índice de consumo de drogas e um número alarmante de reincidência de delitos.

tem se mostrado uma alternativa de enfrentamento dessa realidade, nesse sentido os programas e projetos que executam um acompanhamento dessas pessoas ganham visibilidade e podem ser um caminho para amparar a inclusão social dos mesmos e ainda colaborar para diminuir o número de reincidência de delitos.

Todo o panorama ora apresentado justifica a realização dessa pesquisa, cujo objetivo geral refere-se a realizar a identificação do perfil quantitativo dos assistidos no Projeto Patronato Penitenciário do município de Paranavaí (PR), para realização do mesmo a priori foi efetuada uma revisão bibliográfica e a seguir são coletados dados primários do Projeto Patronato de Paranavaí, referente dados do período de 2009 a 2016, toda a metodologia quantitativa utilizada se dá por meio de análise do software SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences* versão (64bit) 20.

Na primeira parte deste artigo a preocupação centra-se em discorrer sobre a gestão das políticas públicas e como as mesmas se apresentam posterior a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando a descentralização de variadas políticas públicas ganham destaque, fator este decisivo para o protagonismo dos municípios em relação à gestão das políticas nos variados territórios dos municípios brasileiros, nesse interim se sobressaem variadas instituições públicas ou do terceiro setor que acabam atuando como parceiras de variadas iniciativas, como no caso do Patronato.

Assim, a seguir é realizada uma breve apresentação do Patronato de Paranavaí, que, se trata de um órgão de execução penal em meio aberto que tem por objetivo promover ações de inclusão social aos seus assistidos por intermédio do monitoramento, fiscalização e acompanhamento do cumprimento de Medidas Penais Alternativas. (SEJU, 2013).

Na ultima parte do trabalho são apresentados os resultados da pesquisa que apontam que o número de assistidos pelo Patronato de Paranavaí com pouca instrução escolar é expressivo o que exige um aprofundamento ou aumento de ações da equipe multidisciplinar que compõe o Projeto em questão.

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO: O PROTAGONISMO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988.

As políticas públicas são decisões que buscam manter o equilíbrio social, cuja finalidade é a consolidação da democracia, da justiça social, da manutenção do poder. Assim é um sistema de decisões públicas que visa às ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social (SARAIVA; FERRAREZI, 2006).

Dentre as definições de políticas públicas, Souza (2006), extrai como elementos principais uma política que permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que de fato faz, e o que envolve atores e níveis de decisão, mesmo que materializada através dos governos; que é abrangente e não se limita a leis e regras; que é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; que embora tenha impactos à

curto prazo é uma política de longo prazo; e que implica também em processos de implementação, execução e avaliação.

Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para promover mediação entre poder público e sociedade, entre atores da sociedade e do Estado. São nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (TEIXEIRA, 2002).

Segundo o referido autor, tais políticas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação, formas de exercício do poder público envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e concessão de benefícios sociais. O autor pontua ainda que uma política pode ser analisada através de estudos, sejam eles do conteúdo político, das etapas e influência do processo político, dos produtos geradores da avaliação de resultado e informações para elaboração da mesma.

Esta temática é discutida por Peixoto (2008) que sempre debateu a definição do adequado perfil do estado. A busca de um Estado eficiente sempre foi prioridade de políticos e reformadores de quase todos os países, independente do regime político e ideologia.

A explicação de Alves (2009) amplia os sentidos do conceito de “público”, enfatizando que:

O valor maior da compreensão de políticas de áreas de governo como políticas públicas reside no acúmulo de sentidos de visibilidade, participação, mobilização, visto que a própria gestão pública não pode ser hodiernamente entendida fora da cooperação entre a esfera governamental, as forças produtivas locais-regionais e os grupos sociais organizados/em organização (ALVES, 2009, p.19).

Assim, Farah (2001) discute que a maior proximidade do governo local com as demandas da população tem sido importante para a crescente ação municipal na área social, o que é muito relevante num quadro democrático.

O autor complementa destacando a pressão exercida pela sociedade civil sobre o governo local e o próprio projeto político de cada gestão tem provocado uma dinâmica política e social local que tem afetado o grau de descentralização e como ela acontece.

Cavalcanti e Nunes Pereira (2009) apontam para as mudanças que estão ocorrendo na gestão pública local, centralizada no poder municipal, no decorrer a história do País. Segundo os autores constrói-se um novo paradigma na gestão pública, onde a participação popular, as parcerias em diferentes níveis do poder público, privado e da sociedade passam a criar condições para o desenvolvimento sustentado, que possa atender as novas necessidades demandadas por uma sociedade em constante evolução.

O enfoque das redes no contexto gestão pública local está relacionada à conceituação das redes como elementos componentes de uma visão estratégica mais ampla, envolvendo todos os setores sociais (economicamente ativos ou não), voltados para garantir a geração de instrumentos de mobilização de recursos sociais, econômicos e ambientais [...] (CAVALCANTI e NUNES PEREIRA, 2009, p.196).

A articulação entre governos municipais e entre diferentes esferas de governo representa o estabelecimento de um novo tipo de vínculo intergovernamental, diferente do que vinha caracterizando as políticas sociais no país, marcadas pelo clientelismo e pelo desequilíbrio nas atribuições entre municípios e o Estado. Há uma nova forma de articulação – o da parceria – onde há uma co-responsabilização pela política e seus resultados, mesmo que a cada um dos participantes possam caber papéis diferenciados ao longo do processo de implementação das políticas (FARAH, 2001).

A construção de novos arranjos institucionais só se completa com o estabelecimento de novas formas de articulação entre Estado, sociedade civil e mercado. Observa-se uma tendência de inclusão de novos atores na formulação e implementação das políticas públicas no nível local. Um desses novos atores é a sociedade civil, através da participação de entidades, organizações não governamentais e setor privado empresarial (FARAH, 2001).

Desta forma, a partir da década de 1980 as proposições de gestão das políticas sociais, incluem cada vez, mais a participação popular, seja na saúde, educação, habitação e demais setores públicos.

Na busca de dar uma significação à diversificação dos processos de formação e gestão das políticas públicas, são apresentadas uma série de abordagens, teorizações e vertentes de análise. É necessário considerar o mundo com questões cada vez mais interdependentes, assimétricas, incertas e complexas (FARIA, 2003).

Trevisan e Van Bellen (2008, p. 532) “consideram que a análise de políticas públicas experimentou um *boom* na década de 1980, impulsionada pela transição democrática”.

Nas últimas décadas o Brasil tem registrado o ressurgimento e crescimento do campo de conhecimento das políticas públicas. Isso se deve às alterações históricas, políticas e econômicas vivenciadas pela sociedade, e que são vistas como desafios pelos governos, que tratam de modificar sua forma de compreender, formular e avaliar as próprias políticas (TREVISAN e VAN BELLEN, 2008).

Os apontamentos realizados até o presente revelam como os municípios tem ganhado papel de destaque no cenário contemporâneo no tange a gestão das políticas sociais públicas, nesse cenário emergem as parcerias municipais, estaduais e nacionais com o intuito de atendimento da população e sobre uma dessas parcerias que se discorre a seguir.

AS ALTERNATIVAS PENAIS NO ESTADO DO PARANÁ: PROGRAMA PATRONATO

A política pública de reinserção social de egressos trata-se de um tema que é questionado pela população, pois acredita-se que os indivíduos que tenham cumprido pena privativa de liberdade não são merecedores de direitos e dignidades (STUDART, 2014).

O sistema carcerário para Studart (2014) continua sendo antigo, na qual a

desigualdade social possui estreita vinculação com o ato criminal, no qual ocorre o afastamento dos apenados, e conseqüentemente a aglomeração de pessoas que em sua maioria são desprovidos de educação, saúde, assistência, trabalho, entre outros fatores.

Os sujeitos que estão cumprindo pena no regime fechado vivem de forma desumana, com a falta de condições mínimas para sobrevivência. No entanto, em se tratando de sujeitos que cometeram os delitos mais graves, estes quando punidos devem ser respeitados ao menos quanto ao aspecto de sua humanidade, pois todo apenado é um ser humano e deve ser tratado como tal (FOUCAULT, 2005; STUDART, 2014).

Conforme Studart (2004) no Brasil as condições precárias das penitenciárias dificultam a reinserção dessas pessoas quando egressos desse sistema, mas a ressocialização objetiva a restituir o egresso de sua dignidade, contribuir para o aumento de sua autoestima, por meio de projetos que além de possibilitar atendimento social e psicológico contribuam para a vida profissional, pois o trabalho é um dos itens fundamentais para reinserir os egressos socialmente, sendo assim, a falta de programas, projetos e políticas públicas nessa área torna cada vez mais longe a possibilidade de reintegração dos indivíduos que ocupam o sistema prisional.

Nesse sentido, em 1984, com aprovação da Lei de Execuções Penais (LEP) há um avanço no que tange a ressocialização do preso, a LEP ressalta a importância da assistência educacional, e mostra que o serviço social tem por finalidade amparar o apenado, e prepara-lo para o retorno a sociedade, dessa forma, garantindo o direito a serviços que viabilizem sua volta, sem faltar sobre assistência material, moral e intelectual. Além disso, a Lei citada tem por objetivo amparar o preso como pessoa cidadã, dessa forma é possível perceber que a mesma lei que condena e defere a prisão dos indivíduos, também resguarda a inviolabilidade dos direitos dos mesmos preservando sua integridade física e moral.

Studart (2014) mostra, conforme o artigo 1º da LEP que o mesmo tem duas finalidades, consumir a sentença penal e dar possibilidades para que o egresso tenha a oportunidade de se reinserir na sociedade e não voltar mais para o crime, pois não há resultados se a Lei somente punir o indivíduo, o que revela que é necessário que o Estado adote políticas públicas para reinseri-lo na sociedade de maneira efetiva, e é com esse intuito que o Patronato Penitenciário do Paraná exerce suas atividades.

O Projeto Patronato de acordo com Dick (2014) teve sua implantação inicial na cidade de Londrina, Paraná, e posteriormente se expandiu para as outras cidades e regiões do Estado, sendo atualmente desenvolvido em 19 cidades no Estado do Paraná.

No projeto Patronato cada área (psicologia, direito, serviço social pedagogia e administração) desenvolve atendimentos, encaminhamentos e intervenções com os assistidos, buscando a obtenção da reinserção social dos mesmos que estão cumprindo as penas alternativas.

Na cidade de Paranavaí o Patronato, foi reinserido nesse novo formato de

atuação em 2013, como projeto de extensão da Universidade Estadual do Paraná no *Campus* de Paranavaí.

METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como característica um estudo quantitativo e de natureza exploratória, tendo como unidade de análise o Projeto Patronato de Paranavaí (PPP), órgão de execução penal em regime meio aberto e que tem como objetivo promover ações de inclusão social. Quanto à coleta dos dados, utilizou-se de dados secundários com transcrição de dados do banco de dados do projeto patronato, a partir dos dados sociodemográficos no período de 2009 a 2016 (gênero, escolaridade, estado civil, idade, religião e etnia) e características jurídicas do assistido. A amostra utilizada (Nº) foi de 1.727 assistidos do projeto, sendo que desse total somente 1.616 assistidos (Nº) foram aproveitados na seleção de análise, conforme estrutura do processo de seleção dos dados.

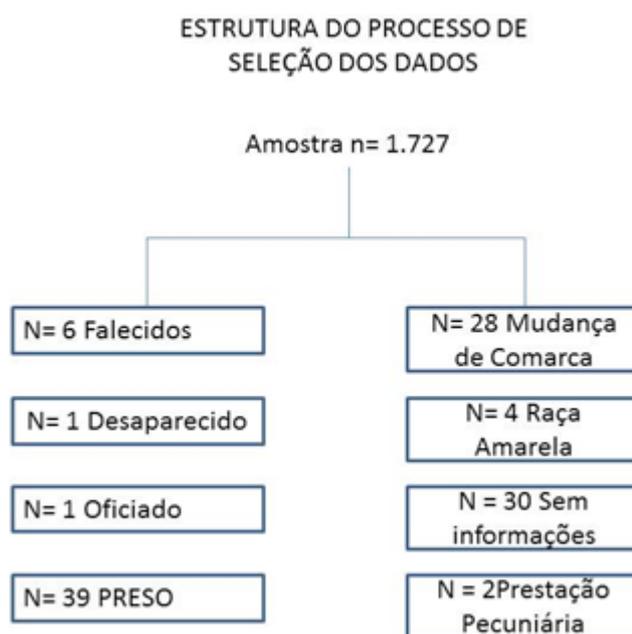


Figura 1 – Estrutura do Processo de Seleção dos Dados

Fonte: elaborado pelos autores

Os dados receberam um tratamento do software SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences* versão (64bit) 20.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O grupo é composto por 1616 assistidos do programa Patronato da cidade de Paranavaí PR.

Os testes a seguir visam identificar se fatores sociodemográficos estão associados à permanência ou não dos assistidos no programa. Serão utilizados os testes Qui-Quadrado e Regressão Logística Binária através do sistema SPSS® 20.

De acordo com a situação atual dos 1616 assistidos, apresentados na Tabela 1, os mesmos estão divididos da seguinte maneira: Abandonou (n = 141; 8,7%), Cumpriu Integral (n = 608; 37,6%), Em Cumprimento (n = 804; 49,8%) e Extinta a Punibilidade (n = 63; 3,9%). Como constatado, a maior parte dos assistidos ainda está em acompanhamento ou já cumpriu integralmente o programa.

Observa-se que dos 1616 assistidos a maioria dos assistidos é do sexo masculino (n = 1438; 89%), sendo que as mulheres representam a minoria (n = 178; 11%).

No que se refere a faixa etária dos assistidos, apurou-se através do teste de frequência do sistema SPSS® 20 a idade máxima, média, mínima e percentis do grupo. Desta forma formaram-se os seguintes grupos: faixas etárias: 19 a 26 anos (n=386), 27 a 33 anos (n=410), 33 a 44 anos (n=411) e acima de 44 anos (n=409). O objetivo de separar desta forma foi que os grupos se apresentassem em quantidades equilibradas.

O estado civil foi dividido em quatro categorias sendo solteiro (n=878; 54%), casado ou união estável (n=590; 37%), separado / separado judicialmente (n=134; 8%) e viúvo (n=14; 1%). A categoria viúvo foi excluída dos testes estatísticos devido à baixa representatividade evitando assim que, eventualmente, os resultados sejam distorcidos por esta.

A categoria etnia está distribuída em branca (n=625; 39%), negra (n=288; 18%) e parda (n=703; 44%).

A religião está classificada em quatro categorias sendo católica (n=1040; 64%), evangélica (n=328; 20%), não possui (n=235; 15%) e espírita / outros (n=13; 1%). A grande maioria dos assistidos é católica. A categoria espírita / outros foi excluída da análise estatística devido à baixa representatividade do grupo.

Quanto à escolaridade, os assistidos foram divididos em ensino superior completo / incompleto (n=110; 7%), ensino médio completo / incompleto (n=612; 38%), ensino fundamental completo / incompleto (n=868; 54%) e analfabeto (n=26; 2%). O item analfabeto foi retirado das análises estatísticas devido à baixa representatividade. Itens como este podem distorcer o resultado estatístico.

| VARIÁVEL | 1 | | 2 | | 3 | | 4 | | TOTAL | |
|---------------------|-----|------|-----|------|-----|------|----|-----|-------|-------|
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| SEXO | | | | | | | | | | |
| F | 74 | 41,6 | 17 | 9,6 | 81 | 45,5 | 6 | 3,4 | 178 | 100,0 |
| M | 534 | 37,1 | 124 | 8,6 | 723 | 50,3 | 57 | 4,0 | 1438 | 100,0 |
| FAIXA ETÁRIA | | | | | | | | | | |
| 19 A 26 ANOS | 137 | 35,5 | 43 | 11,1 | 198 | 51,3 | 8 | 2,1 | 386 | 100,0 |
| 27 A 33 ANOS | 160 | 39,0 | 44 | 10,7 | 190 | 46,3 | 16 | 3,9 | 410 | 100,0 |
| 33 A 44 ANOS | 157 | 38,2 | 33 | 8,0 | 203 | 49,4 | 18 | 4,4 | 411 | 100,0 |
| ACIMA DE 44 ANOS | 154 | 37,7 | 21 | 5,1 | 213 | 52,1 | 21 | 5,1 | 409 | 100,0 |

| ESTADO CIVIL | | | | | | | | | | |
|--|-----|------|----|------|-----|------|----|-----|------|-------|
| SOLTEIRO | 320 | 36,4 | 91 | 10,4 | 437 | 49,8 | 30 | 3,4 | 878 | 100,0 |
| CASADO / UNIÃO ESTÁVEL | 221 | 37,5 | 38 | 6,4 | 303 | 51,4 | 28 | 4,7 | 590 | 100,0 |
| SEPARADO / SEP. JUDICIALMENTE | 62 | 46,3 | 10 | 7,5 | 57 | 42,5 | 5 | 3,7 | 134 | 100,0 |
| VIÚVO | 5 | 35,7 | 2 | 14,3 | 7 | 50,0 | 0 | 0,0 | 14 | 100,0 |
| ETNIA | | | | | | | | | | |
| BRANCA | 251 | 40,2 | 57 | 9,1 | 291 | 46,6 | 26 | 4,2 | 625 | 100,0 |
| NEGRA | 115 | 39,9 | 29 | 10,1 | 121 | 42,0 | 23 | 8,0 | 288 | 100,0 |
| PARDA | 242 | 34,4 | 55 | 7,8 | 392 | 55,8 | 14 | 2,0 | 703 | 100,0 |
| RELIGIÃO | | | | | | | | | | |
| CATÓLICA | 402 | 38,7 | 76 | 7,3 | 519 | 49,9 | 43 | 4,1 | 1040 | 100,0 |
| EVANGÉLICA | 119 | 36,3 | 34 | 10,4 | 165 | 50,3 | 10 | 3,0 | 328 | 100,0 |
| NÃO POSSUI | 82 | 34,9 | 30 | 12,8 | 113 | 48,1 | 10 | 4,3 | 235 | 100,0 |
| ESPÍRITA / OUTROS | 5 | 38,5 | 1 | 7,7 | 7 | 53,8 | 0 | 0,0 | 13 | 100,0 |
| ESCOLARIDADE | | | | | | | | | | |
| ENSINO SUPERIOR COMPLETO / INCOMPLETO | 48 | 43,6 | 5 | 4,5 | 52 | 47,3 | 5 | 4,5 | 110 | 100,0 |
| ENSINO MÉDIO COMPLETO / INCOMPLETO | 253 | 41,3 | 41 | 6,7 | 298 | 48,7 | 20 | 3,3 | 612 | 100,0 |
| ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO / INCOMPLETO | 294 | 33,9 | 94 | 10,8 | 444 | 51,2 | 36 | 4,1 | 868 | 100,0 |
| ANALFABETO | 13 | 50,0 | 1 | 3,8 | 10 | 38,5 | 2 | 7,7 | 26 | 100,0 |

Tabela 1 – Caracterização sociodemográfica dos assistidos comparando com a situação atual
Fonte: (PPP, 2017)

Notas:

1 = Cumpriu integral,

2 = Abandonou,

3 = Em Cumprimento e

4 = Extinta a punibilidade

Após a caracterização da amostra, apresentada na Tabela 1, foi realizado o teste qui-quadrado com o objetivo de aferir a aderência dos assistidos ao programa. Neste caso, considerou-se somente as situações cumpriu integral e abandonou.

Através dos testes, apresentados na Tabela 2, constatou-se que as categorias faixa etária ($p = 0,019$), estado civil ($p = 0,024$), religião ($p = 0,008$) e escolaridade ($p = 0,001$) exercem significativa influência sobre o assistido no cumprimento do programa. Em especial, a categoria escolaridade se mostrou a mais estatisticamente significativa dentre as categorias, sendo possível afirmar que esta se faz muito relevante para a permanência e conclusão do programa.

| VARIÁVEL | CUMPRIOU INTE-GRAL | | ABANDONOU | | TOTAL | | p* |
|--|--------------------|-------|-----------|-------|-------|------|-------|
| | N | % | N | % | N | % | |
| SEXO | | | | | | | |
| F | 65 | 79.3% | 17 | 20.7% | 82 | 100% | 0,655 |
| M | 521 | 81.3% | 120 | 18.7% | 641 | 100% | |
| FAIXA ETÁRIA | | | | | | | |
| 19 a 26 anos | 137 | 76.1% | 43 | 23.9% | 180 | 100% | 0,019 |
| 27 a 33 anos | 157 | 78.1% | 44 | 21.9% | 201 | 100% | |
| 33 a 44 anos | 154 | 82.8% | 32 | 17.2% | 186 | 100% | |
| Acima de 44 anos | 138 | 88.5% | 18 | 11.5% | 156 | 100% | |
| ESTADO CIVIL | | | | | | | |
| SOLTEIRO | 314 | 77.5% | 91 | 22.5% | 405 | 100% | 0,024 |
| CASADO / UNIÃO ESTÁVEL | 212 | 85.5% | 36 | 14.5% | 248 | 100% | |
| SEPARADO / SEP. JUDICIALMENTE | 60 | 85.7% | 10 | 14.3% | 70 | 100% | |
| ETNIA | | | | | | | |
| BRANCA | 246 | 82.0% | 54 | 18.0% | 300 | 100% | 0,810 |
| NEGRA | 108 | 79.4% | 28 | 20.6% | 136 | 100% | |
| PARDA | 232 | 80.8% | 55 | 19.2% | 287 | 100% | |
| RELIGIÃO | | | | | | | |
| CATÓLICA | 391 | 84.3% | 73 | 15.7% | 464 | 100% | 0,008 |
| EVANGÉLICA | 115 | 77.2% | 34 | 22.8% | 149 | 100% | |
| NÃO POSSUI | 80 | 72.7% | 30 | 27.3% | 110 | 100% | |
| ESCOLARIDADE | | | | | | | |
| ENSINO SUPERIOR COMPLETO / INCOMPLETO | 46 | 90.2% | 5 | 9.8% | 51 | 100% | 0,001 |
| ENSINO MÉDIO COMPLETO / INCOMPLETO | 250 | 86.2% | 40 | 13.8% | 290 | 100% | |
| ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO / INCOMPLETO | 290 | 75.9% | 92 | 24.1% | 382 | 100% | |

Tabela 2 - Caracterização sociodemográfica dos assistidos comparando com primento e abandono

Fonte: (PPP, 2017)

Após o teste qui-quadrado, apresentado na Tabela 2, prosseguiu-se com o próximo teste estatístico utilizando a regressão logística binária com o objetivo de verificar, dentre as categorias mais significativas apresentadas na Tabela 2, quais itens dentre essas categorias foram mais influentes para a permanência no programa. Sendo assim, utilizou-se as categorias Faixa Etária, Estado Civil, Religião e Escolaridade. Os resultados são apresentados na Tabela 3.

| VARIÁVEL | B | S.E. | Wald | df | Sig. | Exp(B) | 95% C.I. para EXP(B) | |
|---------------------------------------|--------|------|--------|----|------|--------|----------------------|----------|
| | | | | | | | Inferior | Superior |
| FAIXA ETÁRIA | | | 6,427 | 3 | ,093 | | | |
| 19 a 26 anos | ,758 | ,347 | 4,778 | 1 | ,029 | 2,133 | 1,081 | 4,209 |
| 27 a 33 anos | ,805 | ,330 | 5,939 | 1 | ,015 | 2,237 | 1,171 | 4,276 |
| 33 a 44 anos | ,552 | ,337 | 2,684 | 1 | ,101 | 1,736 | ,897 | 3,360 |
| ESTADO CIVIL | | | 3,557 | 2 | ,169 | | | |
| SOLTEIRO | ,095 | ,399 | ,057 | 1 | ,812 | 1,100 | ,503 | 2,403 |
| CASADO / UNIÃO ESTÁVEL | -,342 | ,405 | ,713 | 1 | ,399 | ,710 | ,321 | 1,572 |
| RELIGIÃO | | | 4,540 | 2 | ,103 | | | |
| CATÓLICA | -,477 | ,258 | 3,419 | 1 | ,064 | ,621 | ,374 | 1,029 |
| EVANGÉLICA | -,105 | ,300 | ,123 | 1 | ,725 | ,900 | ,500 | 1,621 |
| ESCOLARIDADE | | | 15,526 | 2 | ,000 | | | |
| ENSINO SUPERIOR COMPLETO / INCOMPLETO | -1,015 | ,493 | 4,244 | 1 | ,039 | ,362 | ,138 | ,952 |
| ENSINO MÉDIO COMPLETO / INCOMPLETO | -,787 | ,217 | 13,172 | 1 | ,000 | ,455 | ,297 | ,696 |
| Constante | -1,338 | ,440 | 9,248 | 1 | ,002 | ,262 | | |

Tabela 3 – Regressão Logística das variáveis associadas à permanência dos assistidos no programa

Fonte: (PPP, 2017)

De acordo com a regressão logística duas faixas etárias foram significantes para a permanência do assistido no programa. O assistido nessas faixas etárias tem duas vezes mais chances de concluir o programa. A faixa etária entre 19 e 26 anos ($p = 0,029$) apresentou $\text{Exp}(B) = 2,133$ com intervalo de segurança entre 1,081 e 4,209. A faixa etária entre 27 e 33 anos também se mostrou significativa ($p=0,015$) com $\text{Exp}(B) = 2,237$ e intervalo de segurança entre 1,171 e 4,276.

A categoria escolaridade, de uma maneira geral, também se mostrou significativa ($p < 0,000$) para a permanência do assistido. Pode ainda se afirmar que, de acordo com o valor de $B = -1,015$ para o ensino superior completo/incompleto e de acordo com o valor de $B = -787$ para o ensino médio completo/incompleto que quanto menor o nível de escolaridade maiores são as chances de o assistido não concluir o programa. Desta forma, entende-se como necessárias ações com o intuito de elevar o grau de escolaridade dos assistidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve como objetivo identificar o perfil dos assistidos do projeto de extensão Patronato, vinculado na categoria de segurança pública do Estado do Paraná.

Por meio dos testes Qui-quadrado observou-se associação estatística entre a situação atual do assistido e as categorias Faixa Etária ($p = 0,019$), Estado Civil ($p = 0,024$), Religião ($p = 0,008$) e Escolaridade ($p = 0,001$). Assim sendo, pode-se afirmar que a conclusão ou abandono do programa sofre influência de fatores existentes

nessas categorias.

No que se refere ao teste de regressão logística, a análise dos resultados mostrou que os assistidos inseridos nas faixas etárias de 19 a 26 anos ($p = 0,029$) e 27 a 33 anos ($p=0,015$) tem mais chances de concluir o programa.

Outra informação importante revelada pela regressão logística foi que a escolaridade, de uma maneira geral, influencia na conclusão do programa ($p < 0,000$), destacando-se que os assistidos com ensino superior completo/incompleto e ensino médio completo/incompleto se mostraram mais propensos a conclusão do programa.

Esses dados enfatizam a importância da área pedagógica do Projeto Patronato de Paranavaí, lançando luz sobre a ampliação de parcerias com a Secretaria Estadual de Educação (SEED), por meio os Núcleos Regionais de Educação (NRE) inserindo-os nas políticas educacionais, com vistas ao aumento do grau de escolaridade, bem como de outras instituições que possam contribuir neste sentido.

A pesquisa atendeu seu objetivo mostrando que fatores sociodemográficos estão relacionados de maneira estatisticamente significativa com a conclusão ou abandono dos assistidos atendidos pelo Programa Patronato de Paranavaí/PR.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, U. S. de; FERREIRA, F. F. Crise no Sistema Penitenciário Brasileiro: capitalismo, desigualdade social e prisão. In: **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**. Salvador. 2015;4(1): 116-129

ALVES, L. R. **Política pública integrada como tradução do direito à cidade**. In: ALVES, L. R.; CARVALHO, M. **Cidades Identidade e Gestão**. São Paulo: Saraiva, p. 13-38, 2009.

BRASIL, Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 11 abr. 2017.

CAVALCANTI, Marly; NUNES PEREIRA, João Pedro de Castro. **Redes ambientais compartilhadas**. In: ALVES, L. R; CARVALHO, M. **Cidades identidade e gestão**. São Paulo: Saraiva, p. 187-218, 2009.

DICK, D. M. **Programa Patronato: foco ressocializador**. Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2014.

FARAH, M.F.S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. Revista de Administração Pública – Rio de Janeiro: 35(1): 119-44, Jan./Fev. 2001.

FARIA Carlos Aurélio Pimenta de. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: v. 18, n. 51, p. 21-29, fev. 2003.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes. 2005.

PEIXOTO, João Paulo M. **Governando o Governo. Modernização da Administração Pública no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2008.

SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas públicas**. Vol. 1. Brasília: Enap, 2006.

SEJU. Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná. Patronato Municipal municipalização da execução das alternativas penais. (2013) Disponível em: http://www.justica.pr.gov.br/arquivos/File/Patronato/cartilha_patronato_SEJU_29.pdf

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre: jul. 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003>. Acesso em: 07 abr. 2017.

STUDART, L. M. C. **A reinserção social dos egressos do sistema prisional brasileiro: realidade ou utopia?** revista episteme transversalis – v. 6, n.1, 2014. disponível em: <http://www.ugb.edu.br/revista-episteme-transversalis/edicao_6/artigo4.pdf>. acesso em: 07 abr. 2017.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** Revista AATR, 2002. Disponível em: < http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2017.

TREVISAN, A.P.; VAN BELLEN, H.M. Avaliação de Políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**- Rio de Janeiro: 42(3):529-50, Mai./Jun.2008.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-21-5

